

DA CAPOEIRA ESCRAVA À REGIONAL DE MESTRE BIMBA DE 1808 A 1937: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA

Tatiane Trindade Machado

Universidade Federal de Alagoas-UFAL

tatiane.machado@arapiraca.ufal.br

Resumo: O Objetivo desse artigo é mapear a inserção histórica da capoeira no Brasil com o advento da chegada da família real portuguesa à colônia brasileira até a retirada do código penal na década de trinta do século XX, quando a prática da capoeira deixou de ser considerada crime. Nesse sentido, faz-se necessário fazer uma reflexão a respeito das Reformas Educacionais do período estudado, verificando se o negro e suas práticas estavam inseridos no processo educativo. Para fazer tal reflexão, utilizaremos o conceito de *habitus* de Elias (1994) para entender como o indivíduo capoeira estava inserido na sociedade à época. Assim, procuraremos entender se as reformas educacionais brasileiras interferiam nos processos sociais da capoeira escrava, especialmente no que diz respeito à Regional de Bimba. Ressalta-se que há poucas fontes que nos remetam à história da capoeira, tendo em vista que muitos documentos relativos à época da escravidão negra foram desviados e/ou desapareceram. É significativo mencionar que a Capoeira Regional de Mestre Bimba, criada na década de 1930, inventou um método para o ensino da capoeira e, neste período, a sua prática foi retirada do código penal a partir do Governo de Getúlio Vargas, deixando de ser crime.

Palavras-chave: Capoeira. Educação. *Habitus*.

Introdução

Desde a chegada da Família Real em 1808, quando a corte ocupou os espaços da cidade e expulsou os grupos existentes em todas as freguesias do Rio de Janeiro, a capoeira passou por ressignificações. De acordo com Gomes (2007), quando a corte portuguesa chegou ao Brasil fez sua primeira escala em Salvador, na Bahia, onde encontrou a divisão entre cidade baixa e cidade alta. Na parte alta, estavam os que iremos denominar de elite e, na parte baixa, estavam os comerciantes e uma grande quantidade de negros, pois era neste espaço funcionava o mercado de escravos.

Não temos registros de capoeira nesse momento, mas há indícios pelo movimento cultural existente e pela similitude com as práticas urbanas cariocas. Passando pela Abolição da Escravatura e o advento da República, a capoeira sobrevive, mas sai da margem para ser crime previsto no código Penal de 1890. Ela passou 40 anos nesta condição até a criação da Capoeira Regional por Mestre Bimba, quando a capoeira começou a perder o seu valor de uso¹ e passou a ter um valor de troca². Desde a chegada da Família Real, existia uma preocupação com o “adestramento” das massas. Partindo deste princípio, analisaremos, neste artigo, a capoeira e o contexto sócio histórico em que essa manifestação estava envolvida.

O primeiro momento do texto se constitui em uma tentativa de reconstruir o ambiente em que a capoeira estava inserida com a chegada da Família Real em 1808. Na segunda parte, a capoeira será analisada a partir do Império e no contexto da abolição da escravatura, levando em conta, também, o advento da República e a sua entrada como crime formal no código penal. Na última parte do texto, será elucidada a capoeira Regional de Bimba e como foi o processo de sua retirada do Código Penal.

A Capoeira no início do século XIX e sua prática a partir da chegada da Família Real em 1808

De acordo com Gomes (2007), Portugal explorou o Brasil durante séculos sem qualquer tipo de investimento, constituindo a colônia com preocupações comerciais voltadas para a exploração, sem considerar a formação cultural e, tampouco, a identidade. Embora a Corte Portuguesa manifestasse certo interesse em vir para o Brasil, esse projeto adiou-se, por algum tempo, devido à falta de condições políticas para a viagem. No entanto, a vinda da Corte foi decidida e organizada às pressas quando, em 1807, Dom João VI se viu obrigado a tomar essa decisão em consequência da ameaça Napoleônica de invasão.

¹ O valor de uma coisa para satisfazer as necessidades, ou seja, o capoeira produzia para si e para seus pares.

² O valor de troca representa o ponto de vista quantitativo, onde os capoeiras passam a produzir para outros, atribuindo um valor a sua Mercadoria: a capoeira.

No Brasil, não existia organização política unificada, pois cada província tinha seu cotidiano e suas decisões independentes uma das outras. O plano inicial era sair de Lisboa e partir direto para o Rio de Janeiro, mas, durante o trajeto, Dom João decidiu fazer uma escala em Salvador. A essa altura, a província, ressentida por perder o posto de capital do país para o Rio de Janeiro, poderia se tornar um impasse nos planos do Príncipe. Diante disso, ele desembarcou em Salvador a fim de conseguir apoio político, visto que estaria se mudando para Colônia e precisaria de toda ajuda possível.

A cidade de Salvador, com negros circulando por toda parte, logo mostrou-se uma capital de culturas populares, com festas na chegada da Família Real e durante sua permanência. Entretanto, era difícil encobrir a imagem de uma cidade suja e em condições precárias. Tanto em Salvador quanto no Rio de Janeiro o povo, que vivia nas ruas, não era alfabetizado, mas, com a chegada da Corte, essa situação precisaria mudar.

Na realidade, o que se via no Brasil era um aglomerado de pessoas por conta da corrida do ouro do século XVIII, mas sem organização política e, sequer, educacional. Segundo Gomes:

A chegada da família real produziu uma revolução no Rio de Janeiro. O saneamento, a saúde, a arquitetura, a cultura, as artes, os costumes, tudo mudou para melhor – pelo menos para elite branca que frequentava a vida na corte. Entre 1808 e 1822 a área da cidade triplicou com a criação de novos bairros e freguesias. A população cresceu 30% nesse período, mas o número de escravos triplicou, de 12.000 para 36.182. (GOMES, 2007, p. 147).

Como podemos verificar, o advento da comitiva real modificou o cenário e os costumes no Brasil ao longo dos anos. De acordo com Soares (2004), quando a Corte chegou ao Rio de Janeiro, a cidade já era marcada por uma intensa vida cultural e pelas brigas entre os grupos de capoeira, denominados de maltas³, que controlavam os espaços da cidade. Essas maltas eram gangues que se enfrentavam constantemente utilizando a capoeiragem para demarcar seus territórios. Até o desembarque da família, as manifestações da capoeira e outras folias de negros e seus descendentes aconteciam de forma deliberada. Porém, como não poderia ser permitido que a

³As maltas eram organizações de caráter marginal composto por capoeiristas. “A habilidade no jogo, a perícia no manejo, prudência, força física e liderança inatas eram qualidades valorizadas para se ter prestígio e assumir postos mais graduados.” (ESTEVEVES, 2004, p. 72).

Corte testemunhasse essas contendas, iniciou-se uma forte repressão aos indivíduos que eram dados a essa prática.

Para conservar a Corte em ordem, Dom João nomeou o advogado Paulo Fernandes Viana como intendente-geral da polícia. De acordo com Gomes (2007), Viana exercia funções semelhantes à de um prefeito com as de um secretário de segurança pública.

Mais do que isso, era “um agente civilizador” dos costumes no Rio de Janeiro. Cabia a ele transformar a vila colonial, provinciana, inculta, suja, e perigosa em algo mais parecido com uma capital europeia, digna de sediar a monarquia portuguesa. Sua missão incluía aterrar pântanos, organizar o abastecimento de água e comida e a coleta de lixo e esgoto, calçar e iluminar as ruas usando lâmpões a óleo de baleia, construir estradas, pontes, aquedutos, fontes, passeios e praças públicas. Ficou também sob sua responsabilidade policiar as ruas, expedir passaportes, vigiar os estrangeiros, fiscalizar as condições sanitárias dos depósitos de escravos e providenciar moradias para os novos habitantes que a cidade recebeu com a chegada da Corte. (GOMES, 2007. p. 201).

Como observamos, Viana era responsável por diversificadas tarefas, entre elas, controlar os desordeiros, como eram consideradas as maltas de capoeira. Esses indivíduos, fruto da sociedade onde viviam “livremente” pelas ruas da cidade, nesse momento teriam que conviver com a repressão constante. O *habitus* do sujeito capoeira eram as contendas e a vadiagem pelas ruas, pois esses indivíduos estavam imbuídos no cotidiano dessa sociedade⁴, estabelecendo uma rede de relações que, de acordo com Elias, que os auxiliam no desenvolvimento dos seus papéis e no desempenho de suas funções: Conforme este autor,

[...] é essa rede de funções que as pessoas desempenham uma em relação as outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. Ela representa um tipo social da esfera. Suas estruturas é o que denominamos “estruturas sociais”. E, ao falarmos em “leis sociais” ou “regularidades sociais”, não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas da relação entre as pessoas individualmente consideradas. (ELIAS, 1994, p. 23).

⁴ Quando me refiro essa sociedade no texto, estou falando especificamente do Rio de Janeiro, por conta da Família real e dos registros de capoeira, tendo em vista que em outras províncias não encontramos registros da prática nesse período.

O que podemos constatar é que, antes da chegada da Família real, as relações sociais aconteciam de maneira mais livre. Em seguida, com essa mudança, as leis, os costumes e as regularidades sociais tiveram que ser modificadas. Ao entendermos, consoante Elias (1994), que *habitus* é a inter-relação entre indivíduo e sociedade, podemos afirmar que a capoeira nasce nesse contexto sócio-histórico-cultural do Brasil.

Quando nos voltamos para a origem da capoeira, percebemos que, durante um longo período não havia consenso entre os pesquisadores, tendo em vista que não temos registros exatos de seu aparecimento, pois, muitos documentos relativos à escravidão negra foram desviados, queimados ou desaparecidos.

O fato é que, entre os pesquisadores a respeito desse tema, as ideias nunca foram consensuadas. Uns partilham a ideia de a capoeira ter vindo da África ou ter sido inventada a partir dos afrodescendentes. No entanto, a maioria comunga da ideia de que seja brasileira. Apesar de ter havido escravidão negra em várias partes do mundo, não foi encontrada manifestação de capoeira, inclusive na África, a não ser a que foi levada por algum brasileiro⁵.

Não obstante, também não há consenso entre os etimologistas sobre a palavra capoeira. Sua origem é tupi, mas os significados divergem. Para a maior parte dos estudiosos, capoeira seria mato ralo, rasteiro, no entanto, Morales De Los Rios relativiza este conceito e traz a sua versão:

A guarida nas ‘capoeiras’ desses escravos contraria os dizeres usuais das crônicas, que a elas não me consta que nunca, senão acidentalmente, se referissem a tal abrigo. Para esses fujões o valhacouto habitual foram as grandes matas fechadas, quase virgens, bem como os altiplanos de penoso e difícil acesso e as grutas e cavernas sobretudo. (DE LOS RIOS apud SOARES, 2004, p. 50).

De acordo com esse etimologista, a palavra capoeira não teria como derivar desse mato rasteiro, já que ficaria difícil se defender em campo aberto. Ele defende que o nome é de origem tupi e significa cesto de palha. Soares (2004) partilha dessa versão, pois, durante a sua pesquisa documental, encontrou relatos idênticos, onde os negros utilizavam os cestos em sua cabeças para

⁵ Fala-se que na África foram encontradas algumas danças “Uma delas é o ritual de passagem chamado N’golo (Dança da zebra), ainda hoje praticada em algumas tribos africanas. Nesse ritual, rapazes enfileirados se enfrentam em uma luta de pernadas semelhante à capoeira”. (ESTEVEES, 2004, p. 46).

vender mercadorias que poderiam ser, ou não, de seus senhores. Além disso, eles se defendiam com cabeçadas e pontapés, por isso, a princípio, esses negros foram denominados capoeiras. Para Soares,

Um registro que merece um comentário à parte é o de um cativo preso com uma ‘capoeira’ onde estavam aves roubadas. Ao mesmo tempo que se firmava solidamente o termo capoeira como um jogo atlético, luta nacional característica de escravos, ele ainda era usado para descrever cesto de palha, muito comum entre os negros carregadores, retratados por todos os pintores viajantes do Rio das primeiras décadas do século XIX. (SOARES, 2004, p. 84).

Esse passeio etimológico torna-se necessário para entendermos o quanto a capoeira está ligada à miscigenação do povo brasileiro e compreendermos como essa manifestação é complexa. Soares (2004) aponta que a capoeira tem origens genuinamente urbanas, tendo em vista que nos livros de registros de polícia, existem vários relatos de negros presos pela prática da capoeira, de acordo com os códices e registros policiais, onde este autor buscou informações para sua pesquisa. Nestes documentos estava prescrito que quando uma pessoa fosse apanhada praticando a capoeiragem, iria sofrer pena de prisão, ou seja, receber entre 50 e 300 chibatadas. Claro está que existia uma forte corrente, principalmente por parte da polícia, no sentido de conter o avanço da capoeira. Na realidade, essa era uma das maiores preocupações policiais da época, visto que, no século XIX, os escravos despontavam como os principais agentes da desordem. A maior parte dos dados levantados por Soares (2004) esteve presente no códice 403, um registro de prisões diárias da cidade do Rio de Janeiro do referido período. Neste contexto, a capoeira se transformou em um símbolo de resistência, não só de luta e formação da identidade nacional, mas também de luta diária contra a repressão constante. De acordo com Gomes,

Os negros poderiam ser presos apenas por assoviarem o ritmo da capoeira ou por usarem casquetes com fitas amarelas e encarnadas – símbolo dos lutadores de capoeira – ou ainda por carregarem instrumentos musicais utilizados nesses encontros. Registro policial de 15 de abril de 1818 revela que “Jose Rebolo, escravo de Alexandre Pinheiro, foi preso por usar um boné com fitas amarelas e vermelhas”. Tinha em seu poder uma faca de ponta. A punição: 300 açoites e três meses de prisão. (GOMES, 2007, p. 203, grifos do autor).

Como podemos observar, era significativa a perseguição sofrida por esses indivíduos nessa sociedade, fruto de uma “limpeza” que se iniciou com a chegada de Dom João e sua família. Todo comportamento que anteriormente era aceito e, geralmente, protegido, uma vez que prender um negro significava prejuízo para seus senhores, agora não poderia mais ser visto, porque a família real e os estrangeiros, os novos habitantes a cidade, não poderiam sequer perceber a existência. Assim, muitos capoeiras foram levados para trabalhos forçados, isolados em ilhas em uma tentativa de acabar com toda e qualquer organização. Não obstante, o indivíduo fruto dessa sociedade repressora resistiu em uma espécie de solidariedade, conservando seu *habitus* social, pertencentes a um grupo onde mantém laços afetivos.

Capoeira: jogo perigoso do Império à República

A capoeira passou todo o período Joanino sendo reprimida por diferentes maneiras. Mas, os indivíduos que a praticavam se organizavam, cada vez mais, em várias Maltsas por todo o território da cidade do Rio de Janeiro e, provavelmente, ela se desenvolveu, também, em outros Estados do Brasil.

Pires (2001) pesquisou nos arquivos de polícia da cidade de Salvador e encontrou indícios de grupos de capoeira, mas nenhuma menção à palavra capoeira. O que ele constatou foram indivíduos presos por outros crimes, mas, pelas descrições do autor, inferimos que seriam aqueles adeptos da capoeira. Com o Império recém-formado, a capoeira estava se tornando perigosa, porque, com a independência do Brasil, em 1822, aumentou a repressão aos capoeiras. Segundo Soares,

Todos os indícios apontam um crescendo da repressão e da violência policial contra os escravos e negros. O maior vigor do regente dom Pedro, em comparação com seu pai, o letárgico dom João VI, pode explicar em parte essa mudança. Mudam os padrões da repressão. O uso de escravos rebeldes em obras públicas, principalmente militares, cresceram bastante, e os *libambos*, grupos de negros acorrentados que vagavam pela cidade carregando água para as repartições, incorporaram-se à paisagem urbana. (SOARES, 2004, p. 96).

Verificamos, a partir desses registros, que os capoeiras eram cada vez mais humilhados e postos em situações degradantes. No entanto, mesmo diante de tais circunstâncias, eles resistiram aos vários momentos de repressão na história nacional.

Nos termos de Elias (1994), podemos dizer que, nesse caso, a balança nós-eu era mais acentuada do que hoje em dia. Ou seja, naquela época, o indivíduo necessitava, mais que nos dias atuais, ligar-se a um grupo e obedecer a suas regras. Percebemos que na capoeira ainda é preservada a tradição de pertencimento a um grupo e, por isto, somos reconhecidos por nossa linhagem⁶, herança cultural herdada, provavelmente, desse momento histórico. A repressão era uma crescente no período imperial, conforme podemos ver em uma portaria apresentada por Soares:

Sendo conveniente empregar na obra do dique o maior numero de trabalhadores: manda S.M. o Imperador, pela secretaria de Estados dos Negócios da Justiça que o Conselheiro Intendente Geral da Policia, fazendo pôr novamente em observância as ordens que em outro tempo foram dirigidas ao falecido Intendente Geral Paulo Fernandes Viana, a respeito dos negros capoeiras, remeta para os trabalhos do mencionado dique todos aqueles que forem apanhados em desordem para ali trabalharem por correção, e pelo tempo de três meses marcado nas mesmas ordens, cessando em consequência a pena de açoites, que ultimamente se lhes mandaram dar pelos distúrbios que frequentemente cometem dentro da cidade. (FRANÇA apud SOARES, 2004, p. 249).

Segundo este autor, quatorze dias depois do lançamento dessa portaria, outra foi apresentada incluindo homens livres, brancos e pardos praticantes de capoeira. O entrave era que estes não poderiam ser enviados diretamente as obras. De acordo com a Constituição de 1824, os homens livres deveriam, antes, passar por julgamento. Uma proteção dada para diferenciar os livres dos cativos. E a substituição dos açoites pelo trabalho forçado, como podemos perceber, não era menos doloroso, mas evitava, de certa maneira, a grande revolta dos jovens escravos inseridos em uma sociedade que estava se formando.

Nesse contexto, os indivíduos capoeiras eram, além dos negros cativos, homens livres. Conseguimos encontrar registro de pessoas da elite adeptos da capoeira. Um dos casos mais

⁶ A autora do presente artigo é praticante de capoeira a dezessete anos. Ao ter passado por alguns grupos, reconhece a linhagem de Mestre Bimba, pois, fazendo a árvore genealógica de seus professores e Mestres, chega-se até este mestre de capoeira.

conhecida quanto à repressão à capoeira, e o de Juca Reis⁷, filho do Conde de Matosinhos, que, apesar de ser branco e nobre, foi preso e torturado. Assim, cada vez mais a capoeira ficava marcada na cidade e se tornava algo extremamente perigoso para os mantenedores da ordem. Junto a isso estava o sentimento de brasilidade e o anseio de liberdade. Assim, as pressões vieram de todos os lados para que aquela situação vivida no Brasil tivesse um fim.

Neste período, em vários países do mundo, o modo de produção capitalista era crescente e a indústria que chegara ao Brasil necessitava de mão de obra livre, pois, o trabalho assalariado é o que caracteriza o capital. Diante disso, o Senado Brasileiro começou a pensar em leis que dessem uma resposta a essa situação, mas esbarrou em muitos senadores, pois estes eram proprietários de escravos. Isto porque, o prejuízo com uma abolição imediata seria muito grande para essa elite conservadora. Então, de maneira gradativa, em 1850 tivemos a Lei Eusébio de Queiroz, de autoria Ministro da Justiça e Senador com mesmo nome. Nesta prescrição, era proibido o tráfico negreiro, a fim de tentar diminuir o fluxo de escravos. No entanto, a situação não mudou e os negros africanos continuaram a chegar ao Brasil. Foram várias tentativas para acalmar os ânimos pós lançamento de algumas leis, tais como: Lei do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885). A primeira, em seu texto, libertava as crianças nascidas a partir da assinatura da Lei. Porém, com suas mães cativas, não havia outra opção para essas crianças a não ser continuarem na casa dos donos de sua mãe, onde esses senhores precisariam pagar a sua moradia e comida até que fizessem 8 anos de idade, caso não fosse entregue ao Estado. Quanto a lei dos Sexagenários, ela consistia na liberdade dos negros com mais de sessenta anos de idade a contar daquela data. Considerando a expectativa de vida nesta época, podemos dizer que o impacto dessa Lei não foi significativo, pois, dificilmente uma pessoa em condições precárias de sobrevivência chegaria a essa idade.

É notável a pressão para ser decretada a abolição da escravatura, o que em breve ocorreu. Em 1887, o Senado, em uma sessão plenária, decidiu que a escravidão terminaria em 1889, mas as pressões, cada vez mais fortes, sobretudo da Inglaterra, principal parceiro comercial do Brasil, à

⁷ Segundo Reis (apud BRUHNS, 2000, p. 26), no ano de 1885 foi constatado o registro de mais de 20% de capoeiras brancos, “cifra que alcança quase um terço em 1880”.

época, não deixou esse projeto ir até o fim. Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, extinguindo, assim, a escravidão.

Este salto na história justifica-se por entendermos que a agitação no império era tamanha e que as maltas de capoeira sobreviveram a gradativa e intensa repressão, além de ser esse o nosso objetivo no presente artigo: entender processo de criação e desenvolvimento da capoeira.

Após a abolição da escravatura, os negros livres, mas sem casa, abrigo e proteção teriam que sobreviver. Devido a isto, muitos formaram comunidades nos quilombos, enquanto outros, como única alternativa, agregaram-se as Maltas, provocando grande quantidade de delitos, os quais foram encontrados nos registros de polícia. De acordo com Soares, o ano da abolição foi marcado por inúmeros conflitos entre as Maltas, estes que deixaram de ser somente grupos isolados para tornarem-se grupos políticos. Com o autor destaca,

[...] 1888 é o ano da abolição da escravatura, e de grandes mobilizações de capoeiras. A formação da guarda negra é precedida por violentos conflitos entre Nágos e Guaiamuns retratados quase diariamente pela imprensa. Nunca como naquela época a atuação das maltas de capoeira atingiu um impacto e uma sofisticação como se viu. (SOARES, 1993, p. 82).

Nágos e Guaiamuns eram as Maltas mais conhecidas e organizadas. Existiam outras menores, mas Soares (1993) encontrou, com maior frequência, essas duas nos registros e na imprensa da época. A Guarda Negra foi criada logo após a abolição da escravatura para combater os republicanos que ameaçavam o império. A situação era tão intensa que os capoeiras, cada vez mais organizados, eram contratados para criarem desordens em comícios e outros movimentos, principalmente os Republicanos ocorridos nas praças. Soares (1993) chamou essa organização de “partido capoeira”, pois encontrou tal denominação no jornal gazeta de notícia “Para nós o Partido Capoeira não é um grupo específico, com determinado número de membros. Ele significa um método, uma forma de fazer política”. Nesse momento, a tensão era expressiva e a transformação social fez com que esses indivíduos tivessem uma mudança de comportamento. Seu *habitus* seria o de pertencimento a esses grupos, no entanto, o que caracterizou algumas das relações foi o jogo de poder. Se acompanhasse quem estava no poder, teria mais condições de pagar o preço imposto

pelos Maltas, estas que defendiam a Monarquia e seu partido capoeira. Conforme Soares, este partido tinha duas características específicas:

A primeira, estava ligada ao espaço onde essa atuação teria lugar. Este espaço era a rua, a praça pública. Esta política na rua estava dirigida, pensamos nós, não somente ao grupo adversário que se pretendia coagir, mas ao restante da sociedade. Para essa havia uma mensagem que se pretendia passar, mensagem esta ligada a formas de identidade, e uma presença no contexto político dominante. A política de rua dos capoeiras era, desta forma, uma leitura e uma prática invertida da política fechada dos gabinetes.

A segunda característica era a autonomia que o Partido Capoeira mantinha frente as grandes agremiações. Por mais que acentuemos a ligação que unia os capoeiras e políticos conservadores, temos que ter claro que a reprodução do grupo e sua existência enquanto fonte de poder não estava nas mãos dos chefes políticos. (SOARES, 1993, p. 309).

A autonomia dos capoeiras talvez tenha sido um dos motivos da grande perseguição sofrida até a supressão total das Maltas. Não obstante, esses grupos resistiram durante um longo tempo. O fato é que mesmo quando, em 1889, o Marechal Deodoro instituiu a República, a forma de fazer política conservou-se como nos tempos da Monarquia e a perseguição aos capoeiras continuou. A preocupação quanto à organização das Maltas e do Partido Capoeira foi tamanha que ficou evidente quando, em 1890, ocorreu a criminalização da capoeiragem com o Código Penal. Conforme aponta o Decreto 847, capítulo XII:

Dos Vadios e Capoeiras

Art.402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo termos de algum mal:

Pena- De prisão celular de 2 a 6 meses.

Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeça, se imporá a pena em dobro. (JUNIOR, 2001, p. 39).

Percebemos com clareza que a guerra declarada aos republicanos anos antes da República traria aos capoeiras consequências irreversíveis, as maltas de capoeira no Rio de Janeiro não resistiria tamanha repressão, pois, mesmo que na primeira metade do século XIX a repressão foi

de grande monta como vimos anteriormente, agora sendo crime e havendo legitimação por parte do governo, todo tipo de mal feito na cidade mesmo que não fosse se atribuía as maltas, assim foram sofrendo com o deslocamento de seus membros, que mesmo na Lei prevendo pouco tempo de prisão podemos perceber registros de capoeiras que ficaram anos realizando trabalhos forçados.

Contudo, os negros, homens livres, sem condições de sobrevivência resistiram da forma que puderam e a capoeira continuar a viver em indivíduos isolados que, mesmo com a forte repressão e desorganização de seus grupos protetores, seguiram passando de geração à geração os movimentos característicos da luta.

Capoeira Regional, a luta de Mestre Bimba e a retirada da Capoeira do Código Penal

Como vimos, a partir de 1890 a capoeira foi considerada crime. Assim, a repressão aos grupos se acentuou até a extinção dos mesmos. No entanto, alguns indivíduos preservaram esse movimento, o denominou-se capoeira. A cidade do Rio de Janeiro utilizou, com muita ênfase, o Artigo 402 do Código Penal foi, pois, o objetivo era exatamente findar com a capoeiragem. Diferentemente de Salvador, onde os registros policiais da época não remetem ao artigo 402 e, sim, ao artigo 303, referentes às lesões corporais. Pires (2001) buscou indícios da repressão à capoeira baiana e conseguiu encontrar ao ligar o *habitus* do sujeito capoeira aos indivíduos presos por todo tipo de desordens. Conforme o autor descreve:

No momento em que cheguei a Salvador me dirigi ao arquivo público do Estado da Bahia, meu primeiro procedimento foi o de procurar os processados pelo artigo 402, do código penal de 1890; para minha surpresa não os encontrei. Assim, o grau de dificuldade na investigação sobre os capoeiras para o período cresceu, por isso passei a testar a possibilidade de encontra-los nos processos pelo artigo 303 do código penal de 1890 que tratava dos crimes por lesões corporais. A princípio tive dificuldades, até me deparar com os processos do célebre capoeira Pedro Mineiro, cujo achado me indicou a possibilidade de encontrar muitos outros. O maior problema ocorreu a partir do fato que a expressão “capoeira” não aparece na maioria dos processos, assim, me restou a alternativa de recorrer a tradição oral para descobrir os nomes dos praticantes entre os anos de 1890 à 1930 no Estado da Bahia, período de total vazio no que concerne os estudos sobre o tema. (PIRES, 1993, p. 138).

Podemos pensar, a partir deste relato, que um dos motivos da repressão não ter findado com a capoeiragem na Bahia foi a forma como ela se constituiu. A proibição, no Rio de Janeiro, ocorreu devido à desordem geral que as Maltas produziram, enquanto na Bahia, a repressão aos indivíduos capoeiras não teve um ênfase considerável. O que sabemos, deste período, é que, na Bahia, os grupos de Maltas eram chamados de capadócijs, cujos indivíduos eram tanto capoeiras, como pertencentes a religião do candomblé. Por este envolvimento ter sido tão expressivo, a perseguição era conjunta. Assim, a capoeira, na Bahia, sofreu ressignificações e passou a ser considerada Folclore. Portanto, essa nova forma de vivenciar a capoeira é que a tornou resistente. Segundo Moura,

Em 1928, surgiu no Rio de Janeiro, um importante trabalho, da lavra de Aníbal Burlamaqui, que estava empenhado em expurgar da capoeiragem o seu caráter delituoso, para transformá-la num esporte, que concomitantemente seria empregado pelo cidadão para livrar-se das garras de um atacante. Além de perceber as suas grandes vantagens, ofensivas e defensivas, Burlamaqui também concluiu, que o exercício continuado, iria contribuir decisivamente para a flexibilidade, a impetuosidade do indivíduo. (MOURA, 1993, p. 35-36).

Constatamos que, mesmo com o término das Maltas, restaram adeptos no Rio de Janeiro e, apesar de a capoeira estar inserida no código penal, houve tentativas de colocá-la no patamar do esporte. Esse trabalho citado por Moura não obteve muito sucesso entre os capoeiras, porque o método implantado era de grande importância para retirar a capoeira do estigma da vagabundagem e da vadiagem. No entanto, o autor da pesquisa não discorreu sobre a musicalidade, dando ênfase a luta. Neste sentido, o diferencial da capoeira enquanto manifestação cultural seria deixado de lado. Assim, aqueles que pertenciam ao “mundo da capoeira”, não consideraram o estudo relevante. Mas, segundo Moura (1993), “[...] o esforço desenvolvido por Burlamaqui produziu bons resultados, pois, muitos jovens da Burguesia tornaram-se adeptos da capoeiragem-ginástica.” Com isso, podemos dizer que cada vez mais a elite toma conta da referida manifestação.

Não concordamos com Moura quando esse afirma que foi um ponto positivo, mas o fato é que com essa apropriação pela elite tanto no Rio de Janeiro, como em outros estados, fez com que a capoeira saísse das ruas.

Esta fase de renovação da capoeiragem no Rio, tem conexões, refletiu-se no que ocorreu na Bahia. Em Salvador, na década de 30, Bimba seguindo as pegadas de Aníbal Burlamaqui, apesar das divergências concernentes à sua reestruturação, abriu uma escola, onde a capoeira, disciplinada, regrada, metodizada, atraía elementos oriundos de vários elementos da população. (MOURA, 1993, p. 36).

É importante salientar que Moura foi um dos alunos de Mestre Bimba, dentre tantos que escreveram sobre sua história. Existe uma enorme paixão dos capoeiristas em torno da figura de Mestre Bimba e alguns assuntos não podem ser tocados e/ou questionados no mundo da capoeira. Quando lemos e tentamos compreender a história da capoeira, encontramos depoimentos diversos, dentre eles o de como Bimba foi inteligente em se basear na construção de Burlamaqui e nas ideias de muitos de seus alunos para, assim, criar a capoeira Regional. Neste contexto, faz-se necessário conhecer um pouco da história deste metre de capoeira para entendermos os fatos. No entanto, essas constatações seriam objeto para um outro trabalho, porque seria preciso reunir uma vasta quantidade de documentos e depoimentos para chegar a essa conclusão. Mas, nesse momento, vamos ficar com o Mestre Bimba como um “divisor de águas”, um marco na história da capoeira, àquele que foi capaz, de alguma maneira, de tirar a capoeira da marginalidade e colocá-la em ambiente fechado e que denominou a escola de capoeira. Assim, analisamos este indivíduo em uma perspectiva educacional.

Mestre Bimba, Manoel dos Reis Machado, era analfabeto, negro e trabalhador. Dentre as suas diversas profissões, podemos destacar as de trapicheiro, doqueiro, carroceiro, carpinteiro, todas desenvolvidas no cais do porto. Era nesse ambiente que ele aperfeiçoava suas ideias e em que muitos capoeiras se encontravam ao final do expediente para resolver suas contendas. Bimba nasceu em 1900 e, aos 12 anos, aprendeu os primeiros passos da capoeira com o senhor Bentinho, um ex-escravo, e com seu pai Luís Cândido Machado, campeão de batuque⁸. Com isso, Bimba teve essas influências. Segundo Moura, o Mestre uniu o que ele aprendeu com a capoeira que existia com elementos do batuque e criou a Luta Regional Baiana, porque ele queria dar a

⁸Alguns autores relatam que o batuque foi uma dança violenta de cabeçadas pontapés e umbigadas que consistia em retirar o oponente da roda, heranças como tantas outras do povo africano. Muitos relatam que o batuque foi extinto, no entanto, encontramos algumas manifestações no interior do Brasil que preservam esse nome, mas com uma outra configuração.

conotação de luta, pois a capoeira que resistiu a tanta repressão, como vimos anteriormente, estava folclorizada, sendo ela utilizada para fazer exibição nas praças, sem nenhum respeito a sua essência de luta.

Bimba rememorava, uma exibição, na década de 30, dos seus discípulos, para o capitão Juraci Magalhães. O Governante da Bahia, ficou vivamente impressionado com a técnica da rapaziada, e a certa altura, entusiasmado com uma “cabeçada”, abraçou o Mestre, que tinha sido convidado para fazer aquela demonstração no palácio. (MOURA, 1993, p. 34).

A sociedade brasileira, na década de 30 do século XX, passou por várias mudanças e, devido a isso, o governador da Bahia, amigo do Presidente, na época Getúlio Vargas, começou a mostrar que não fazia mais sentido a capoeira estar inserida no código penal, constituindo-se em crime e sendo sua prática proibida.

Não obstante, relembramos a figura de Mestre Bimba que frequentemente era notícia no jornal *A Tarde*, com a sua luta, agora transformada em escola, e sendo reconhecido por este governo como um caráter educacional.

De acordo com Mestre Xaréu (2014), outro aluno de Bimba, em 1936, oficialmente, Getúlio Vargas extinguiu o decreto que proibia a prática da capoeira, descriminalizando-a, classificando-a como instrumento de Educação Física e concedendo ao Mestre Bimba a licença e o registro da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência, para o funcionamento de sua escola como centro de educação física.

Foram alguns anos de demonstração com Mestre Bimba e tantos outros de sua época, até que o governo populista de Getúlio Vargas percebeu que a capoeira era uma manifestação popular importante para ficar à margem da sociedade.

Essa nova configuração social fez com que esse indivíduo se destacasse em meio a muitos outros capoeiristas à época, podemos salientar que o *habitus* social ficou impregnado em Bimba, que a partir dos muitos encontros, se individualiza. Compreendemos, a partir de Elias,

Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da

linguagem comum que o indivíduo compartilha com os outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social. (ELIAS, 1994, p. 150).

Não podemos negar que esse indivíduo, fruto de seu meio, ou seja, formado a partir dessa sociedade em ebulição se destaca. Porém, sabemos que o Mestre foi um instrumento para todo o processo vivido pela capoeira. É importante salientar que, com a fundação da escola de capoeira, muitas pessoas começaram a se interessar pela cultura popular, mas que essa escola estava no caminho da faculdade baiana de medicina, onde muitos estudantes universitários passaram a frequentar a escola recém-criada, mas as nuances desse encontro, tão importantes para a história da capoeira, ficarão para outro momento.

No entanto, existem muitas contradições advindas deste momento. Salientamos que as diferentes ideias posteriores à academia/escola de Mestre Bimba partiram desses estudantes. Estes influenciaram, de todas as maneiras, a criação do Mestre. O fato é que, a partir da descriminalização e da inserção dessa elite na capoeira, o salto foi grande em todos os sentidos. Hoje, a capoeira está presente em mais de 180 países e isso ocorreu, provavelmente, por conta desse processo. Entendendo que a capoeira passa a ter um caráter pedagógico, ressaltamos que a proposta inicial era justamente participar do processo educacional, mas, na verdade aconteceu o caminho inverso. Ao invés dos negros, capoeiras, em sua maioria de fora do processo educacional se escolarizarem, a capoeira foi cooptada e muitos dos seus adeptos, pertencente a elite intelectual baiana, não pretendiam misturar-se aos outros praticantes.

Mas essas são questões que deixaremos para outras investigações, tendo em vista a complexidade do assunto e, pela proposta do trabalho, nosso recorte vai até esse momento histórico. Não obstante, o Brasil ainda irá viver muitos momentos emblemáticos e com a história da capoeira não será diferente, pois ela continua numa crescente ressignificação.

Considerações finais

Podemos perceber a polissemia dessa manifestação, que, com o passar dos anos, ficou conhecida como capoeira. Constatamos também que a capoeira, prática em princípio de marginal,

está entrelaçada aos vários momentos da sociedade brasileira e que os indivíduos adeptos a ela tinham o *habitus social* adquirido a partir dos encontros e reencontros nessa sociedade. No entanto, percebemos que a repressão sofrida foi desenvolvida a partir de elementos constantes nesse contexto sócio-histórico-cultural. Até mesmo antes da chegada da Família Real portuguesa, conseguimos encontrar pistas de que a capoeiragem fazia parte do cotidiano da cidade.

Apesar de os registros relativos à época da escravidão negra no Brasil terem sido queimados, desviados e/ou desaparecidos, a história relativa a essa perda ainda é controversa. O que sabemos é que antes dessa ilustre chegada, não tínhamos como registrar os acontecimentos, pois não havia interesse.

Na verdade, só se queria explorar os recursos naturais tão abundantes nos trópicos, a partir do trabalho dos escravos. Assim, foi se desenvolvendo o *habitus* daqueles indivíduos, sem qual tipo de preocupação inicial com a identidade. Este trabalho está longe de ser concluído, tendo em vista que temos muitas inquietações e características relativas à história da capoeira que queremos desvendar, pois, esse é um período riquíssimo, assim como tantos outros de nossa história. No entanto, seu desenvolvimento se dá pelo caráter de resistência da referida manifestação. E como toda cultura é dinâmica, observamos a força da capoeira, de prática marginal ao caráter educacional, a partir da invenção da capoeira Regional.

Referências

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. **Lei Áurea. Infoescola.** Disponível em:
<<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-aurea/>> Acesso em: 13 ago. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 18 abr. 2017.

BRUHNS, Heloisa Turim. **Futebol, Carnaval e Capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro.** Campinas: Papyrus, 2000.

CAMPOS, Hélio. **Capoeira Regional: a escola de Mestre Bimba.** Salvador: EDUFBA, 2014.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1994.

ESTEVES, Acúrsio. **A “capoeira” da Indústria do entretenimento (corpo, acrobacia e espetáculo) para “turista vê”**. Salvador: Bureau, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Jose Olimpio, 1966.

GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GRESPLAN, Jorge. **A Mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2006

HISTÓRIA. Lei dos Sexagenários. **Cultura**. Disponível em:
<<http://www.culturamix.com/cultura/historia/lei-dos-sexagenarios>> Acesso em: 13 ago. 2017.

JÚNIOR, Álvaro Machado de Andrade. **O jogo da capoeira em Aracaju: uma reconstrução histórica**. 2001. Monografia (Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, São Cristóvão, 2001.

JÚNIOR, Álvaro Machado de Andrade. **A Reafricanização da capoeira em Aracaju: Identidades em jogo**. 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) - Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, São Cristóvão, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

LE GOFF, Jacques. **As Raízes Medievais da Europa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011.

MOURA, Jair. **Mestre Bimba: A crônica da capoeiragem**. Salvador: Fundação Mestre Bimba, 1993.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea**. 2001. 453 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2001.

PUBLICAÇÕES INDESP. Série: Esportes de criação nacional (Coletânea). Ouro Preto: Ministério Extraordinário dos Esportes, 1996.

SILVA, Gladson de Oliveira. **Capoeira do Engenho à Universidade**. São Paulo: EPEUSP, 1995.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **“A Negra da Instituição”**: Os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890. 1993. 467 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira Escrava: e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)** . Campinas: Editora Unicamp, 2004.

SUA PESQUISA. Lei Eusébio de Queirós de 1850. **Sua Pesquisa**. Disponível em:
<http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_eusebio_queiros.htm> Acesso em: 13 ago. 2017.

VIEIRA, Luiz Renato. **O jogo da capoeira. Cultura popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.